



**Eólicas do Sul**  
Livramento Holding S.A.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
Livramento Holding S.A.

**2018**

*Handwritten initials*

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Titulares

Diana Vermöhlen  
Jaime de Souza  
Laercio Faria

## CONSELHO FISCAL

Titulares

Janildo Jovino da Silveira  
Sandro Rodrigues da Silva  
João Felcar

Suplentes

Jeferson Nunes  
Claudia Regina Urnau Schaff

## DIRETORIA EXECUTIVA

Dilney Cabral Filho  
Diretor Técnico

Marcelo Fabiano da Silva  
Diretor Financeiro

## 1 MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2018 ficou marcado pela consolidação das medidas tomadas nos períodos anteriores, que culminaram com a reestruturação societária do final de dezembro de 2017. Ao longo do exercício, a Administração tomou todas as ações necessárias para que as formalizações e anuências requeridas fossem obtidas. Em termos de resultados financeiros, desconsiderando o efeito das empresas sinistradas, o ambiente de lucratividade sustentada foi mantido, com perspectivas futuras positivas para os seus acionistas.

## 2 PRINCIPAIS AÇÕES DE 2018

Pelo lado das fontes de recursos, com a eficácia obtida em novembro de 2018, houve a alteração do *spread* do FINEM de Ibirapuitã de 2,18% a.a. para 3,27% a.a., a partir da parcela paga em 15 de janeiro de 2018. No resultado deste exercício, o incremento do *spread* nas despesas financeiras não foi material, pois foi compensado pela queda do indexador TJLP no período. Por outro lado, é um ponto de atenção para os próximos anos. Na opinião da Administração, a Companhia deve estudar o mercado para avaliar possibilidades de melhoria no seu principal custo.

A lucratividade operacional continuou significativa, quando comparados os resultados das receitas líquidas de impostos que teriam sido obtidas se não houvesse a participação no MCSD em 2017. No período atual, ao realizar este exercício comparativo com os antigos CCEARs, pode se observar um incremento de receita da ordem de R\$ 8,7 milhões (R\$ 19 milhões em 2017). Além disso, em 2018 a Companhia reverteu a totalidade dos *impairments* nas subsidiárias integrais, gerando um resultado contábil de R\$ 18.510 mil nesta movimentação (R\$ 4.488 mil em 2017).

Fazendo um exercício de não considerar os efeitos não caixa das movimentações dos *impairments* nos resultados, a empresa se manteve em ambiente de lucro (ajustado *ex impairments*) de R\$ 5.697 mil em 2017 para R\$ 2.272 mil em 2018, ou seja, uma variação negativa de R\$ 3.425 mil. Em linha com a menor receita obtida em 2018 em função dos preços menos atrativos dos contratos de venda de energia de longo prazo.

Falando sobre o lucro do exercício contábil, desconsiderando o efeito das empresas sinistradas, este alcançou R\$ 20.783 mil, ante R\$ 10.185 mil de 2017. Além dos efeitos mencionados acima, vale ressaltar o incremento de R\$ 4.012 mil na provisão de ressarcimentos por geração reduzida. A confirmação do saldo a pagar de R\$ 71.558 mil (R\$ 4.028 mil em Ibirapuitã) e a sua forma de liquidação serão discutidos com os acionistas e as distribuidoras detentoras deste passivo ao longo de 2019.

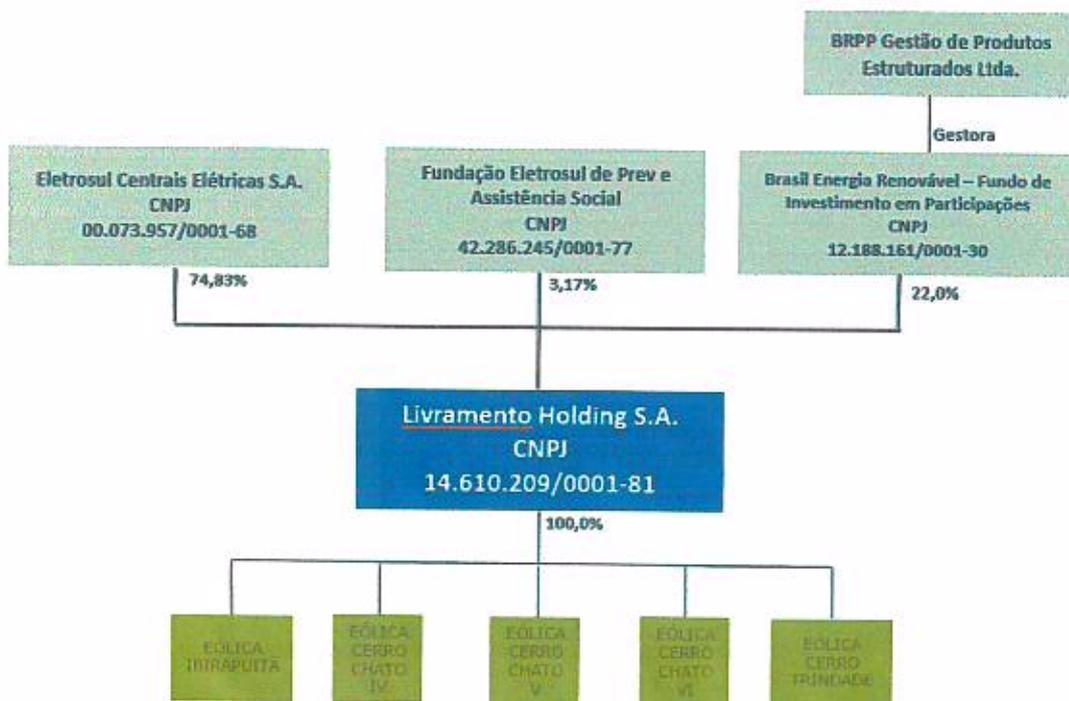
Quando o lucro é analisado no seu efeito contábil final, incluindo as empresas que estão com as suas atividades operacionais suspensas, o resultado do exercício foi de R\$ 12.871 mil em 2018, ante R\$ 28.189 mil em 2017.

Falando sobre os dividendos propostos, no dia 26 de dezembro de 2018 foi realizada a redução de capital da subsidiária Ibirapuitã contra o saldo de prejuízos acumulados que detinha até 2017. Com isto o lucro do exercício de 2018 desta subsidiária não foi impactado pelos prejuízos passados. Assim, após a retenção de 5% da reserva legal, será apresentado na AGO da Ibirapuitã a proposta de distribuição de 25% lucro do exercício, mínimo previsto no Estatuto e máximo no contrato de financiamento, até que se tenha o *completion* financeiro. Para Livramento Holding, o lucro do exercício será integralmente utilizado para compensar os prejuízos anteriores.

## 3 ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A estrutura societária é a da figura a seguir.





#### 4 OPERAÇÃO

A incidência média dos ventos em 2018 foi aderente à média verificada de anos anteriores, sendo que a incidência acumulada no ano (6,567 m/s) foi 1,23% inferior à média histórica (6,649 m/s). O Gráfico 1 apresenta a comparação entre o histórico de vento observado nos anos anteriores (2015 a 2017), a medição em 2018 e a curva de vento certificada.

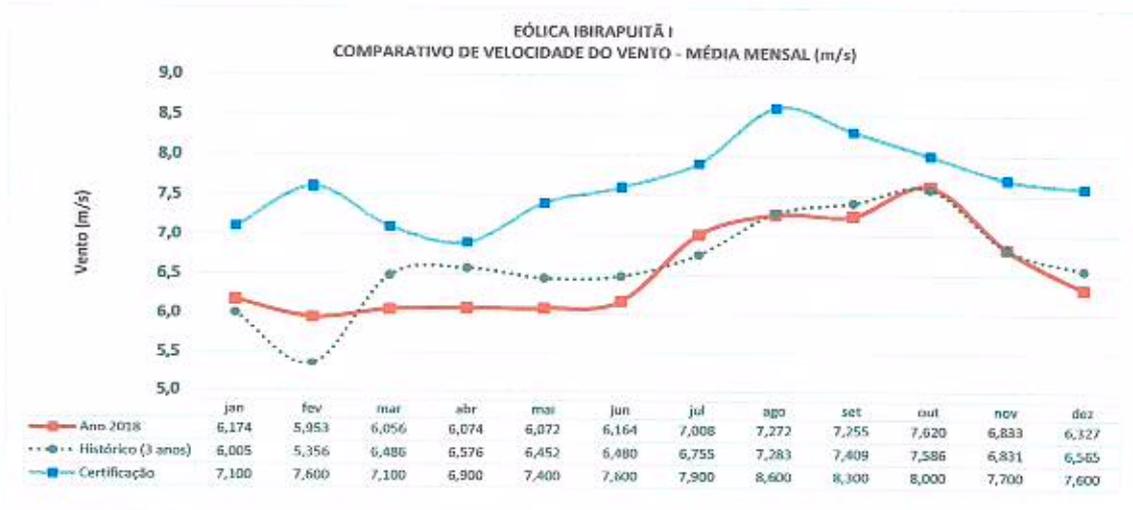


Gráfico 1 - Incidência de ventos

Para avaliação da geração são utilizados os seguintes parâmetros:

- *Geração Contabilizada (GC)*: geração verificada pela ACE/ELETROSUL em 2018;
- *Geração Contabilizada em 2017 (GC 2017)*: geração verificada no ano de 2017;
- *Histórico de Geração Contabilizada (HGC)*: média de geração mensal verificada nos anos anteriores (2015 a 2017).

O Gráfico 2 apresenta a comparação mensal entre os parâmetros supracitados, sendo que todas as curvas estão em MWmédio.

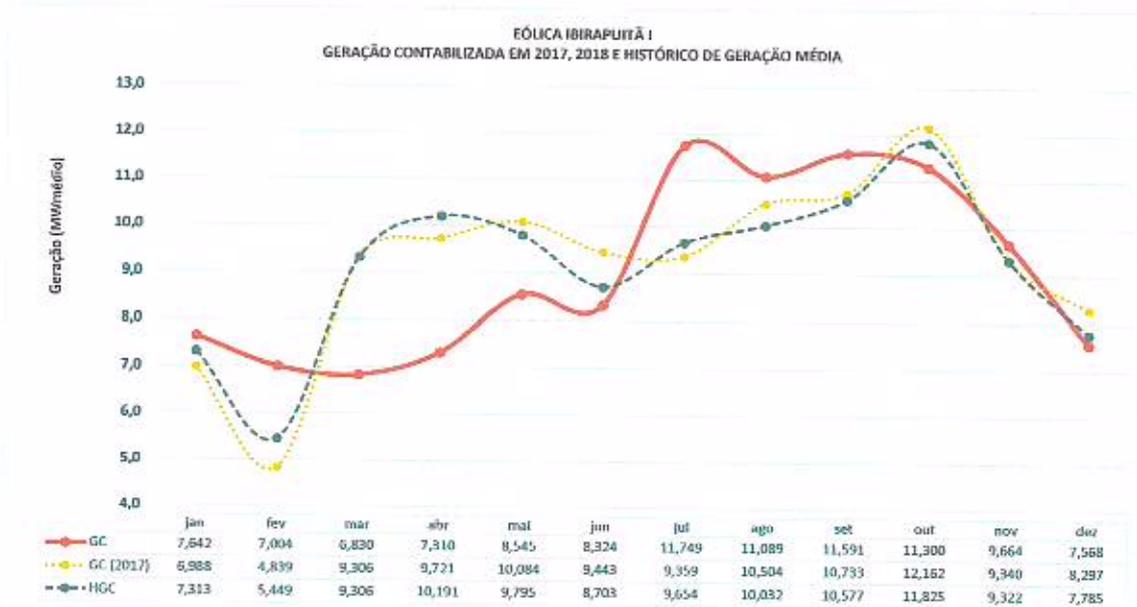


Gráfico 2 - Comparativo de geração contabilizada em 2017, 2018, e histórico de geração dos últimos anos (Geração em MWmédio)

O Gráfico 3 compara a geração acumulada verificada em 2017 e em 2018. Verifica-se que em 2018, a geração acumulada de 9,066 MWmédio foi 2,10% inferior em relação a 2017, e 1,32% inferior em relação à média histórica dos últimos anos (2015 a 2017).

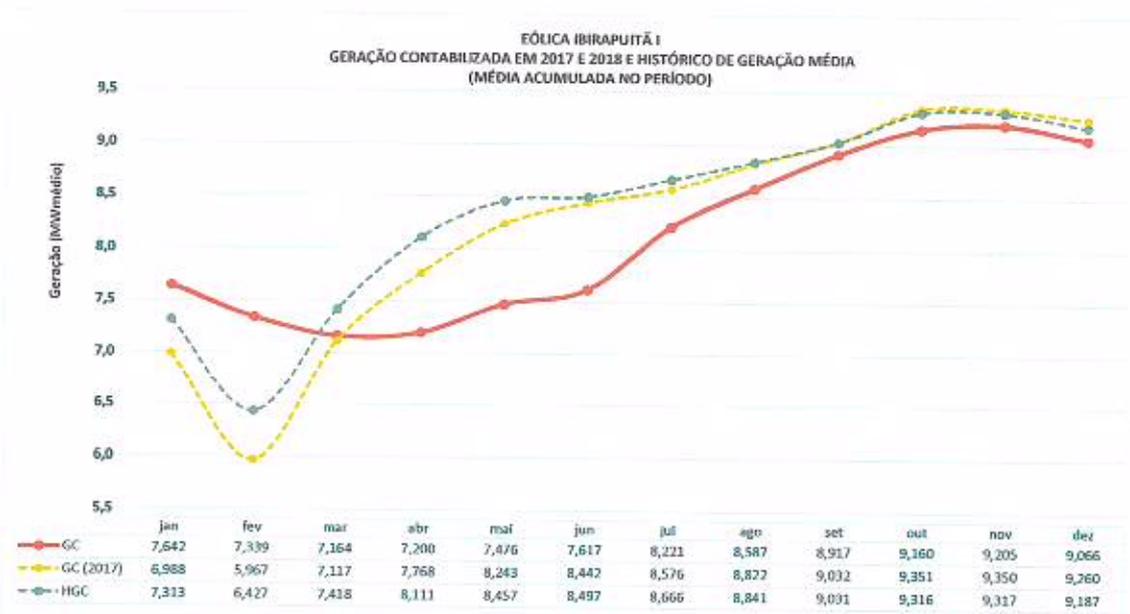


Gráfico 3 - Comparativo de geração contabilizada em 2017 e 2018, e histórico de geração média dos últimos anos (média acumulada no período)

Para avaliação de disponibilidade são considerados os seguintes parâmetros:

- *Disponibilidade Operacional*: contempla as horas em marcha das unidades geradoras;

- *Disponibilidade Contratual*: contempla a somatória das indisponibilidades operacionais, excluídas as paralisações não imputáveis à WEG, tais como força maior, casos fortuitos, desligamentos de rede, e parte das horas de MP;
- *Disponibilidade de Leilão*: considera o percentual adotado no cálculo da GF na habilitação para o 12º Leilão de Energia Nova.

O Gráfico 4 e o Gráfico 5 apresentam a disponibilidade contratual e operacional verificada em 2018, bem como a disponibilidade total da Eólica Ibirapuitã I acumulada, que considera o total de horas indisponíveis verificadas em 2018. Contratualmente, a WEG deve apresentar uma disponibilidade igual ou superior a 97%.

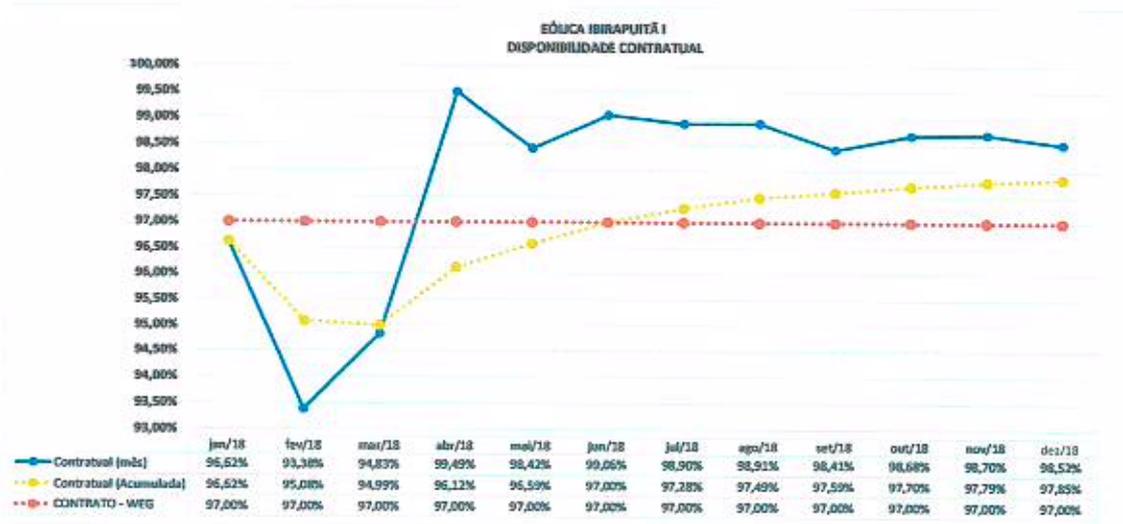


Gráfico 4 - Disponibilidade Contratual em 2018

Até o mês de março/18 foi verificada uma indisponibilidade grande associada às ações corretivas da WEG, que incluíram a manutenção de reparo das pás.

Com o intuito de otimizar o tempo de parada da máquina, a WEG utilizou esse período para realizar manutenções preventivas concomitantemente com o reparo das pás. Desta forma, o cronograma de manutenções preventivas foi adiantado para o período do ano com menor incidência de vento (primeiros meses).



Gráfico 5 - Disponibilidade Operacional em 2018

## 5 PERSPECTIVAS FUTURAS

Os acionistas solicitaram à Administração a contratação de serviço de consultoria especializada para dar apoio na tomada de decisão sobre o futuro do complexo de Livramento. Ao longo do primeiro semestre de 2018, foi contratado um banco pela Companhia, que expôs o resultado das suas análises aos interessados. Ainda há aspectos regulatórios sendo analisados pelos acionistas, antes de tomar uma decisão que envolva os parques sinistrados. A Administração neste interim mantém a linha de procurar incrementar as receitas e controlar os custos como forma de ingressar a Livramento Holding como um todo em um novo rumo de lucratividade sustentada, assim como hoje é experimentado pela subsidiária operacional Ibirapuitã.



**Dilrey Cabral Filho**



**Marcelo Fabiano da Silva**

LIVRAMENTO HOLDING S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e  
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2018

LIVRAMENTO HOLDING S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanço patrimonial

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Administradores e acionistas da  
Livramento Holding S.A.  
Florianópolis - SC

### Opinião sobre as demonstrações individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Livramento Holding S.A., identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Livramento Holding S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

### Ênfase

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia apresenta lucro individual e consolidado no período de R\$ 12.871, prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$ 438.305 (R\$ 451.174 em 31 de dezembro de 2017), capital circulante líquido positivo na controladora de R\$ 4.355 (capital circulante líquido negativo de R\$ 492 em 31 de dezembro de 2017) e consolidado capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 2.166 (capital circulante líquido negativo de R\$ 7.403 em 31 de dezembro de 2017). Como mencionado na referida nota explicativa, a Administração está adotando diversas medidas para reestabelecer o equilíbrio econômico e financeiro, recuperar a posição patrimonial, a lucratividade e a geração de caixa da Companhia e suas controladas.

Essas condições e na eventualidade da Administração não obter êxito na reestruturação da Companhia, indicam a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### Outros assuntos

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de março de 2018, o qual não continha modificações.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das empresas ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.

# LIVRAMENTO HOLDING S.A.

Balancos patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em Reais mil)

## Ativo

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	289	474	3.725	4.319
Contas a receber de clientes	4	-	-	1.072	1.809
Impostos a recuperar	5	6	2	1.063	2.898
Despesas pagas antecipadamente		4	-	184	1
Partes relacionadas	7	5.080	-	-	-
Outras contas a receber		10	9	30	61
		<u>5.389</u>	<u>485</u>	<u>6.074</u>	<u>9.088</u>
<b>Não circulante</b>					
Outras contas a receber		-	-	-	40
Impostos a recuperar	5	76	76	76	76
Depósitos Judiciais		-	-	18	18
Fundos Vinculados	6	-	-	3.187	3.028
Partes relacionadas	7	155	320	121	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	-	51.349	-	-
Investimentos em controladas	8	80.916	60.246	-	-
Imobilizado	9	24	101	159.202	150.519
Intangível		-	-	702	702
		<u>81.171</u>	<u>112.092</u>	<u>163.306</u>	<u>154.383</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>86.560</u></u>	<u><u>112.577</u></u>	<u><u>169.380</u></u>	<u><u>163.471</u></u>

## Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	3.540	3.904
Fornecedores	11	102	131	2.829	7.233
Obrigações fiscais	12	4	7	453	2.923
Obrigações sociais e trabalhistas		28	96	36	96
Provisões passivas	15	-	-	426	457
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	14	-	-	-	894
Multa e lastro regulatório - CCEE		-	-	-	-
Partes relacionadas	7	797	644	617	644
Adiantamento de clientes		-	-	19	16
Outras contas a pagar		104	99	320	324
		<u>1.035</u>	<u>977</u>	<u>8.240</u>	<u>16.491</u>
<b>Não circulante</b>					
Provisão para perdas sobre investimento	8	31.377	70.321	-	-
Ações preferenciais resgatáveis	13	109.000	109.000	109.000	109.000
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	14	-	-	71.558	67.546
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	35.423	38.155
Penalidades contratuais - WEG		-	-	11	-
		<u>140.377</u>	<u>179.321</u>	<u>215.992</u>	<u>214.701</u>
<b>Patrimônio líquido</b>	16				
Capital social		383.453	383.453	383.453	383.453
Prejuízos Acumulados		(438.305)	(451.174)	(438.305)	(451.174)
		<u>(54.852)</u>	<u>(67.721)</u>	<u>(54.852)</u>	<u>(67.721)</u>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u><u>86.560</u></u>	<u><u>112.577</u></u>	<u><u>169.380</u></u>	<u><u>163.471</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# LIVRAMENTO HOLDING S.A.

Demonstrações do resultado  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em Reais mil)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida de vendas	17	-	-	19.659	27.796
(-) Custo de operação	18	-	306	(11.200)	(14.284)
(=) Lucro bruto		-	306	8.458	13.512
(+/-) Despesas/receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	19	(62)	(306)	(701)	(1.926)
Reversão de perdas do valor recuperável	19	-	(19)	18.510	4.488
Equivalência patrimonial	19	20.905	28.232	-	-
Perda com investimento	19	(7.911)	-	-	-
Receitas financeiras	20	19	22	298	736
Despesas financeiras	20	(72)	(46)	(5.844)	(3.887)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(8)	(19)	645	(113)
(=) Lucro antes das provisões tributárias		12.871	28.170	21.367	12.810
Imposto de renda e contribuição social	21	-	-	(585)	(2.625)
(=) Lucro líquido do exercício operações continuadas		12.871	28.170	20.782	10.185
Operações descontinuadas					
Resultado líquido das operações descontinuadas		-	-	(7.911)	18.004
Resultado do exercício		12.871	28.189	12.871	28.189

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# LIVRAMENTO HOLDING S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais mil)

---

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	12.871	28.189	12.871	28.189
Total do resultado abrangente do exercício	<u>12.871</u>	<u>28.189</u>	<u>12.871</u>	<u>28.189</u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# LIVRAMENTO HOLDING S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais mil)

	Capital social integralizado	Lucros líquidos/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	131.959	(479.365)	(347.406)
Aumento de Capital	251.494	-	251.494
Lucro do exercício	-	28.189	28.189
Saldos em 31 de dezembro de 2017	383.453	(451.176)	(67.723)
Lucro do exercício	-	12.871	12.871
Saldos em 31 de dezembro de 2018	383.453	(438.305)	(54.852)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# LIVRAMENTO HOLDING S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais mil)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	12.871	28.189	13.456	28.189
Itens que não afetam o caixa operacional				
Reversão de perdas do valor recuperável	-	-	(18.510)	(4.256)
Depreciações e amortizações	-	(21)	10.350	8.392
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	-	-	3.119	1.658
Custo de captação do empréstimo	-	-	29	28
Provisão para perda	7.911	(18.003)	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	(20.905)	(10.229)	-	-
Encargos financeiros	-	-	3.866	4.026
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulada	-	-	-	(10.530)
Bônus contratual O&M	-	-	39	(33)
Estorno lastro regulatório	-	-	-	(9.239)
	(123)	(64)	12.349	18.235
Aumento líquido/(redução) das contas de ativo e passivo				
Contas a receber	-	-	737	86
Impostos a recuperar	(4)	(4)	1.835	1.743
Despesas pagas antecipadamente	(4)	-	(183)	125
Outras contas a receber	-	-	71	(72)
Fornecedores	(29)	(50)	(4.404)	(12.730)
Provisões passivas	-	-	(31)	(454)
Obrigações trabalhistas e sociais	(68)	81	(60)	81
Obrigações tributárias	(3)	7	167	2.920
Adiantamento de clientes	-	-	3	8
Outros passivos circulantes e não circulantes	5	(2)	7	3
Caixa líquido das atividades operacionais	(108)	(32)	(1.858)	9.945
Juros pagos	-	-	(3.201)	(3.510)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(3.293)	-
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	(108)	(32)	(6.494)	6.435
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de bens do imobilizado/intangível/Investimentos	77	46	(523)	(1.490)
Investimentos em controladas	4.729	-	-	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	4.806	46	(523)	(1.490)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Operações com partes relacionadas	(4.760)	385	(148)	2.862
Pagamento empréstimos - principal	-	-	(3.761)	(3.364)
Fundos vinculados	-	-	(159)	(872)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(4.760)	385	(4.068)	(1.374)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(185)	399	(594)	3.571
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	474	75	4.319	748
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	289	474	3.725	4.319
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(185)	399	(594)	3.571

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Informações gerais

A Livramento Holding S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 999, Bairro Pantanal em Florianópolis/SC.

Foi criada em outubro de 2011, a partir da associação da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e da Rio Bravo Energia I Fundo de Investimentos em Participações, atualmente denominada como Brasil Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações, para ser o veículo de investimento dos sócios na implantação de 5 (cinco) centrais geradoras eólicas no município de Santana do Livramento, no estado do Rio Grande do Sul, formando, assim, o Complexo Eólico de Livramento.

As centrais geradoras eólicas que fazem parte do Complexo Eólico Livramento são: a EOL Cerro Chato IV, a EOL Cerro Chato V, a EOL Cerro Chato VI, a EOL Cerro dos Trindade e a EOL Ibirapuitã.

Ao todo, o Complexo Eólico Livramento tem 79,2 MW médios de potência instalada, e comercializou, no Leilão A-3 de 2011, um total de 29 MW médios de garantia física, com contratos para entrega de energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), a partir de março de 2014.

Também foram comercializados 28,2 MW médios no Ambiente de Contratação Livre para entrega de energia a partir do ano de 2013.

Conforme exigido pelo Leilão, 5 (cinco) Sociedades de Propósito Específico (SPEs) foram constituídas pelos sócios para estabelecerem-se como Produtoras Independentes de Energia Elétrica (PIEE), mediante a implantação e a exploração de cada uma das centrais geradoras eólicas do Complexo Eólico de Livramento. As sociedades constituídas para serem titulares dos direitos de exploração das centrais geradoras eólicas do Complexo Eólico de Livramento são a EOL Cerro Chato IV S.A., a EOL Cerro Chato V S.A., a EOL Cerro Chato VI S.A., a EOL Cerro dos Trindade S.A. e a EOL Ibirapuitã S.A.

Em 31 de dezembro de 2018, as controladas diretas são:

	<u>Percentual de Participação (%)</u>
Eólica Cerro Chato IV S.A.	100
Eólica Cerro Chato V S.A.	100
Eólica Cerro Chato VI S.A.	100
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	100
Eólica Ibirapuitã S.A.	100

1.1. Falência da Wind Power Energia -WPE, empresa fornecedora dos aerogeradores

As atividades da Companhia iniciaram em dezembro de 2011, quando foram feitos os primeiros aportes de capital dos acionistas para fazer frente às despesas operacionais com as obras de implantação dos parques eólicos e algumas despesas administrativas iniciais.

Em 5 de dezembro 2014, depois de passar todo o ano lidando com diversos pedidos de falência, a Wind Power Energia - WPE apresentou perante a 4ª Vara Civil da Comarca de Cabo de Santo Agostinho um pedido de Recuperação Judicial.

Logo após o protocolo do pedido de Recuperação Judicial, a WPE demitiu mais de 400 funcionários da sua fábrica de aerogeradores em Recife e interrompeu completamente suas operações, inclusive a prestação de serviços de O&M.

Em 20 de dezembro de 2014, as Eólicas foram atingidas por fortes rajadas de ventos, provocadas por um evento climático raro chamado microexplosão, que derrubaram oito de um total de 27 aerogeradores do complexo.

Em face do acidente e do abandono, pela WPE, das atividades de O&M, as Eólicas contrataram empresas independentes para elaboração de um diagnóstico sobre as condições de operação dos aerogeradores, tendo sido surpreendidas com a conclusão de que não seria possível que um terceiro retomasse, imediatamente, a operação das Centrais Geradoras Eólicas Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI e Cerro dos Trindade e garantisse a produção de energia.

Assim, conforme previsto nos contratos de venda de energia, as empresas protocolaram na ANEEL e nos seus clientes pedidos de suspensão dos contratos, devido ao abandono do O&M das Centrais Geradoras Eólicas pela WPE e ao acidente ocorrido, o que se caracteriza como caso fortuito ou força maior. A ANEEL se manifestou através do despacho nº 967, de 19 de abril de 2016. Atualmente, o processo ajuizado pela Companhia está em trâmite, aguardando julgamento.

As atividades de implantação da Central Geradora Eólica Ibirapuitã, contratadas com a empresa WEG Equipamentos Elétricos S.A., encerraram-se em julho de 2015. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2018, a central eólica encontra-se em operação comercial.

## 1.2. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta lucro individual e consolidado no período de R\$12.871, prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$ 438.305 (R\$451.174 em 31 de dezembro de 2017), capital circulante líquido positivo na controladora de R\$ 4.355 (capital circulante líquido negativo de R\$492 em 31 de dezembro de 2017) e consolidado capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 2.166 (capital circulante líquido negativo de R\$7.403 em 31 de dezembro de 2017). Essa situação é reflexo de eventos passados, não recorrentes.

A Administração entende que as demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia e sua controlada Eólica Ibirapuitã, revertendo a situação apresentada até o 1º trimestre de 2017. Dentre as medidas, em 24 de março de 2017 a Companhia aderiu junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ao Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD - ("CCEE A0" abril a dezembro de 2017), visando a redução total dos montantes de Energia Elétrica de todos os contratos firmados no ACR das SPEs de Livramento Holding e com posterior recontratação no Mercado Livre somente da Eólica Ibirapuitã S.A.. Em 24 de abril de 2017, a CCEE divulgou o resultado desse MCSD em que as SPEs de Livramento Holding S.A. foram contempladas com a descontratação de 100% dos contratos firmados junto às Distribuidoras no Leilão A-3 de 17 de agosto de 2011. Adicionalmente, em maio de 2017 a Companhia aderiu ao MCSD A4+, objetivando a rescisão de 100% dos montantes de energia elétrica dos contratos firmados no ACR. Novamente a Livramento Holding S.A. foi contemplada com a descontratação total e a consequente rescisão de 100% dos contratos firmados junto às Distribuidoras no Leilão A-3 de 17 de agosto de 2011. Parte da energia descontratada de forma permanente foi vendida em leilão privado de longo prazo realizado pela Livramento, com fornecimento de energia pelo período de janeiro de 2018 a dezembro de 2031 através da SPE operacional Eólica Ibirapuitã.

O objetivo da controlada Eólica Ibirapuitã ao participar do mecanismo foi a possibilidade de reduzir de maneira significativa o risco da geração devido à sazonalidade dos ventos, bem como o alinhamento do volume contratado com a Garantia Física do parque eólico Ibirapuitã. Além disso, a SPE operacional negociou a venda de parte dessa energia no Mercado Livre a preços superiores aos valores dos contratos firmados com as Distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada. Ainda de acordo com a energia gerada pelo Parque Ibirapuitã, será possível vender o excedente da produção medida mês a mês, o que vem acontecendo desde abril de 2017. No curto prazo, ao longo de 2018, Ibirapuitã apresentou desembolsos extraordinários relativos a liquidação final da obrigação com o fornecedor de aerogeradores WEG Equipamentos Elétricos, os quais não serão recorrentes, e a Administração tem expectativa que o fluxo de caixa dos próximos períodos será positivo de acordo com as suas projeções internas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

---

Com relação as SPEs com atividades suspensas, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 23a, a Companhia aguarda decisão judicial sobre o excludente de responsabilidade para decidir sobre o destino dos parques sinistrados. Adicionalmente, a Administração entende que os direitos de exploração (autorização) podem ser comercializados e busca investidores no mercado para uma potencial venda dos ativos. Assim sendo, o Grupo está apresentando essas operações como descontinuadas, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 24.

### 1.3. Autorizações

O Ministério de Estado de Minas e Energia autorizou as controladas da Companhia a estabelecerem-se como PíEE, mediante a implantação e a exploração da Centrais Geradoras Eólicas, conforme portarias demonstradas a seguir:

Controlada	Portaria	Data publicação	Capacidade instalada	Prazo de duração
Eólica Cerro Chato IV S.A.	139	16/03/2012	10.000kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Cerro Chato V S.A.	141	16/03/2012	12.000kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Cerro Chato VI S.A. (*)	81	24/02/2012	24.000kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	103	06/03/2012	8.000kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Ibirapuitã S.A. (*)	68	22/02/2012	24.000kW	35 anos a partir da publicação

(\*) Conforme carta enviada para ANEEL, a capacidade instalada foi reduzida de 30.000 kW para 24.000 kW.

## 2. Base de preparação

### 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando estas não conflitam com as do CPC.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria Executiva em 28 de fevereiro de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### Base de mensuração

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, exceto aplicações financeiras e fundos vinculados que estão a valor justo.

#### Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### a) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

#### b) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas são preparadas em conformidade com os princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira, e compreendem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas sociedades controladas.

As práticas contábeis são consistentemente aplicadas em todas as Companhias consolidadas, sendo que as consolidações tomaram como parâmetro a data-base de 31 de dezembro de 2018.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

---

Nas demonstrações contábeis consolidadas são eliminadas as contas correntes, as receitas e despesas entre as sociedades consolidadas e os resultados não realizados, bem como os investimentos, sendo destacada a participação de minoritários nos investimentos em que a Companhia detém percentual superior a 50% do capital da investida, com poder de governar as políticas financeiras e operacionais (participação ativa na administração), quando aplicável.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas:

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre controladas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela controladora.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

#### Participação direta

Razão social	Sede	Situação	Percentual de participação (%)	
			31/12/2018	31/12/2017
Eólica Cerro Chato IV S.A.	Florianópolis/SC	Sinistrada	100	100
Eólica Cerro Chato V S.A.	Florianópolis/SC	Sinistrada	100	100
Eólica Cerro Chato VI S.A.	Florianópolis/SC	Sinistrada	100	100
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	Florianópolis/SC	Sinistrada	100	100
Eólica Ibirapuitã S.A.	Florianópolis/SC	Em operação	100	100

## 2.2. Principais políticas contábeis

Com exceção ao descrito abaixo, as políticas contábeis aplicadas nessas demonstrações contábeis são as mesmas aplicadas nas demonstrações contábeis da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

As mudanças nas políticas contábeis também devem ser refletidas nas demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia e suas controladas adotaram inicialmente o CPC 47 Receitas de Contratos com Clientes (vide nota 23.1) e o CPC 48 Instrumentos Financeiros (vide nota 23.2) a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nas demonstrações contábeis da Companhia.

#### 2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

#### 2.2.2. Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia e suas controladas adotaram o CPC 48 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48 seriam reconhecidas nos lucros acumulados, quando aplicável.

- Classificação - Ativos e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48	Consolidado 31/12/2018
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e depósitos bancários à vista	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	260
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio de resultados	3.465
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.072
Aplicações financeiras vinculadas	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio de resultados	3.187
Total de ativos financeiros			<u>7.984</u>
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Custo amortizado	38.963
Fornecedores	Outros passivos	Custo amortizado	2.829
Total de passivos financeiros			<u>41.792</u>

- Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Com base na avaliação da Companhia, este requerimento não gerou impacto na contabilização de seus ativos financeiros e contratuais.

### 2.2.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa serão estabelecidas quando existir uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da estimativa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

#### 2.2.4. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

#### Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. A seguir, segue a estimativa de vida útil do imobilizado:

	<u>Vida útil (anos)</u>
Edificações obras civis e benfeitorias	29 anos
Máquinas e equipamentos	25 anos

Demonstrado ao custo, reduzido das depreciações de bens do imobilizado, calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 9.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídas no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

#### Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### 2.2.5. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo, quando aplicável. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

#### 2.2.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

#### 2.2.7. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

#### 2.2.8. Reconhecimento de receita

O Pronunciamento Contábil CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substituí o Pronunciamento Contábil CPC 30 Receitas, o Pronunciamento Contábil CPC 17 Contratos de Construção e interpretações relacionadas.

A Companhia e suas controladas adotaram o Pronunciamento Contábil CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Conseqüentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30, CPC 17 e interpretações relacionadas.

Toda energia produzida pela Companhia é vendida através de Contratos de Comercialização no Ambiente de Comercialização Livre. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; e (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia e suas controladas entendem que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente, o que não impactou o reconhecimento da receita a partir da entrada em vigência do novo CPC.

#### 2.2.9. Imposto de renda e contribuição social

##### Lucro Real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

#### 2.2.10. Mudanças em práticas contábeis

- Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

Em 1º de janeiro de 2018 entraram em vigor o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros e o CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de Contratos com Clientes, a saber:

##### a) CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros:

O CPC 48 (IFRS 9) substituiu as orientações existentes na CPC 38 (IAS 39) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 (IFRS 9) incluiu novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma manteve as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38 (IAS 39).

Com a vigência da referida norma, a classificação passou a ser baseada no modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais.

A nova norma preservou parte dos requisitos da norma anterior para a classificação de passivos financeiros. As alterações substanciais na classificação do valor justo estão apresentadas a seguir: (i) a parcela da alteração no justo valor que é atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; e (ii) a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado do exercício.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da adoção do CPC 48 (IFRS 9) em suas operações e não identificou impactos significativos.

A classificação de instrumentos financeiros de acordo com a nova norma está demonstrada na Nota 22 - Instrumentos financeiros por categoria.

##### b) CPC 47 (IFRS 15) Receita de Contrato com Cliente:

O CPC 47 (IFRS 15) introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47 (IFRS 15) substituiu as normas vigentes para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e as correspondentes interpretações.

A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma e não identificou impactos significativos. A Nota 2.2.8 acima descreve os diferentes tipos de receita da Companhia e a forma de reconhecimento de cada uma destas receitas.

- Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018

As seguintes normas e interpretações foram emitidas ou revisadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em consonância com o documento correlato emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Apesar de o IASB encorajar a adoção antecipada de novas normas emitidas, tal prática não é permitida no Brasil pelo CPC, portanto a Companhia às aplicará apenas na data de sua adoção inicial.

a) CPC 06 R2 (IFRS 16) Operações de arrendamento mercantil:

O CPC 06 R2 (IFRS 16) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O CPC 06 R2 (IFRS 16) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Companhia pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Os ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor dos passivos de arrendamento no momento da adoção.

b) ICPC 22 (IFRIC 23) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 (IAS 12) quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12) com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

Ao avaliar se e como o tratamento fiscal incerto afeta a determinação de lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais, a entidade deve assumir que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas ao realizar esses exames.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Bancos conta movimento	3	9	260	836
Aplicações financeiras	286	465	3.465	464
Outras aplicações financeiras	-	-	-	3.019
	<u>289</u>	<u>474</u>	<u>3.725</u>	<u>4.319</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de Depósito Bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3.

A Empresa tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são as aplicações financeiras são destinadas às manutenções operacional e administrativa da Companhia.

LIVRAMENTO HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

4. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Provisão de venda de energia	1.063	1.809
Venda de Energia	9	-
	<u>1.072</u>	<u>1.809</u>

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de provisão de energia representa a venda do mês de dezembro, cujas faturas serão emitidas no mês subsequente.

5. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
PIS a recuperar	-	-	202	356
COFINS a recuperar	-	-	777	1.469
IRRF a recuperar	-	3	6	4
IRRF s/ Aplicação	8	4	60	45
Outros	74	71	94	1.100
	<u>82</u>	<u>78</u>	<u>1.139</u>	<u>2.974</u>
Circulante	6	2	1.063	2.898
Não circulante	76	76	76	76

6. Fundos Vinculados

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Aplicação Bradesco DI- O&M	566	538
Aplicação Bradesco DI - Serviço da Dívida	2.621	2.490
	<u>3.187</u>	<u>3.028</u>

O saldo de Fundos Vinculados refere-se à aplicação financeira no fundo de investimento Bradesco referenciado DI, corrigida pelo CDI. A totalidade da carteira desses fundos de investimento é composta por títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional ou pelas operações compromissadas lastreadas nesses títulos. Essa aplicação está vinculada ao financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), como parte da garantia concedida àquela instituição financeira em decorrência de empréstimos tomados. As movimentações nessa aplicação requerem aprovação prévia do BNDES.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

## 7. Partes relacionadas

Contas a receber	Natureza	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ibirapuitã	Despesas a reembolsar	115	-	-	-
Ibirapuitã	Dividendos	4.965	-	-	-
Ibirapuitã	AFAC	-	296	-	-
Cerro Chato IV	Despesas a reembolsar	-	-	-	-
Cerro Chato V	Despesas a reembolsar	24	24	-	-
Cerro Chato VI	Despesas a reembolsar	10	-	-	-
Cerro dos Trindade	Despesas a reembolsar	-	-	-	-
Santa Vitoria do Palmar	Despesas a reembolsar	102	-	102	-
Chui Holding	Despesas a reembolsar	19	-	19	-
		<u>5.235</u>	<u>320</u>	<u>121</u>	<u>-</u>
Circulante		5.080	-	-	-
Não circulante		155	320	121	-

Contas a pagar	Natureza	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ibirapuitã	Créditos a pagar	180	-	-	-
Santa Vitoria do Palmar	Despesas a reembolsar	616	644	616	643
Chui Holding	Despesas a reembolsar	1	1	1	1
		<u>797</u>	<u>644</u>	<u>617</u>	<u>644</u>

## Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2018, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R\$ 155 (R\$ 650 em 31 de dezembro de 2017), e inclui salários, honorários e benefícios variáveis.

Não há nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como a Companhia e suas controladas não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. Adicionalmente, também não oferecem outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

## 8. Participação em empresas controladas

Em 8 de agosto de 2012, através da transferência por alienação dos acionistas Eletrosul Centrais Elétricas S.A., Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento de Participações e ELOS - Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social, a Companhia tornou-se titular da totalidade das ações de emissão das controladas Eólica Cerro Chato IV S.A., Eólica Cerro Chato V S.A., Eólica Cerro Chato VI S.A., Eólica Cerro dos Trindade S.A. e Eólica Ibirapuitã S.A.

## a) Informações financeiras das controladas

31/12/2018	Cerro Chato IV	Cerro Chato V	Cerro Chato VI	Cerro dos Trindade	Ibirapuitã
Participação (%)	100	100	100	100	100
Ativo total	6.900	7.889	16.398	6.186	131.580
Patrimônio líquido	(8.638)	(6.060)	(13.526)	(3.153)	80.916
Resultado do exercício	(2.514)	(3.003)	(1.087)	(1.307)	20.905

## b) Movimentação das participações em empresas controladas

	Saldos em 31/12/2017	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 31/12/2018
Ibirapuitã	60.246	4.730	20.905	(4.965)	80.916
Total - Continuadas	60.246	4.730	20.905	(4.965)	80.916
Eólica Cerro Chato IV S.A.	(14.618)	8.494	(2.514)	-	(8.638)
Eólica Cerro Chato V S.A.	(13.387)	10.330	(3.003)	-	(6.060)
Eólica Cerro Chato VI S.A.	(33.348)	20.909	(1.087)	-	(13.526)
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	(8.967)	7.121	(1.307)	-	(3.153)
Total - Descontinuadas	(70.321)	46.854	(7.911)	-	(31.377)
Total	(10.075)	51.584	12.994	(4.965)	49.539

## c) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

	31/12/2018	31/12/2017
Eólica Cerro Chato IV S.A.	-	8.457
Eólica Cerro Chato V S.A.	-	10.279
Eólica Cerro Chato VI S.A.	-	20.847
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	-	7.106
Eólica Ibirapuitã S.A.	-	4.660
	-	51.349

Em 18 de dezembro de 2018, a Companhia determinou o aumento de capital em suas controladas, integralizando os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) que estavam em aberto, conforme Ata da reunião do Conselho Fiscal.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

## 9. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação (%)	Consolidado			
		Custo em 31/12/2018	Depreciação Acumulada	Valor Líquido 31/12/2018	Valor Líquido 31/12/2017
Em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	25.840	(3.616)	22.224	23.135
Máquinas e equipamentos	3,80	153.309	(25.948)	127.361	136.277
Móveis e utensílios	6,25%	27	(15)	12	18
Sistema de transmissão e conexão					
Máquinas e equipamentos	3,80	15.281	(1.833)	13.448	13.966
(-) Impairment (a)		(10.122)	-	(10.122)	(28.632)
Em curso					
Geração					
A ratear		46	-	46	61
Material em depósito		6.233	-	6.233	5.672
Máquinas e equipamentos		-	-	-	21
Adiantamento a fornecedores		101.237	-	101.237	101.237
(-) Provisão para perda		(101.237)	-	(101.237)	(101.237)
<b>Total Imobilizado</b>		<b>190.614</b>	<b>(31.412)</b>	<b>159.202</b>	<b>150.519</b>

As taxas utilizadas para depreciação do ativo imobilizado estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/15, emitida pela ANEEL.

Demonstramos a seguir a movimentação do ativo imobilizado para o exercício de 2018:

Controladora					
Movimentação do ativo imobilizado, líquido	31/12/2017	Depreciação	Baixa	31/12/2018	
Em serviço					
Geração					
Móveis e utensílios	18	(6)	-	12	
Máquinas e equipamentos	35	(23)	-	12	
Em Curso					
Geração					
A ratear	48	-	(48)	-	
Móveis e utensílios	-	-	-	-	
Adiantamento de fornecedores	74.841	-	-	74.841	
Material em depósito	-	-	-	-	
(-) Provisão para perda	(74.841)	-	-	(74.841)	
	<b>101</b>	<b>(29)</b>	<b>(48)</b>	<b>24</b>	
<b>Movimentação do ativo imobilizado, líquido</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>Aquisições</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Transferência</b>	<b>31/12/2017</b>
Em serviço					
Geração					
Móveis e utensílios	18	-	(3)	3	18
Máquinas e equipamentos	58	-	(23)	-	35
Em Curso					
Geração					
A ratear	47	1	-	-	48
Móveis e utensílios	3	-	-	(3)	-
Adiantamento de fornecedores	74.841	-	-	-	74.841
Material em depósito	-	-	-	-	-
(-) Provisão para perda	(74.841)	-	-	-	(74.841)
	<b>126</b>	<b>1</b>	<b>(26)</b>	<b>-</b>	<b>101</b>

## LIVRAMENTO HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

Consolidado							
Movimentação do ativo imobilizado, líquido	31/12/2017	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferência	Reversão de Impairment	31/12/2018
Em serviço							
Geração							
Edificações, obras civis e benfeitorias	23.135	-	-	(910)	(1)	-	22.224
Móveis e utensílios	18	-	-	(6)	-	-	12
Máquinas e equipamentos	136.277	-	-	(8.916)	-	-	127.361
Sistema de transmissão e conexão							-
Máquinas e equipamentos	13.966	-	-	(518)	(1)	-	13.448
(-) Impairment (c)	(28.632)	-	-	-	-	18.510	(10.121)
Em Curso							
Geração							
A ratear	61	10	(48)	-	23	-	46
Adiantamento de fornecedores	101.237	-	-	-	-	-	101.237
Material em depósito	5.672	561	-	-	-	-	6.233
(-) Provisão para perda	(101.237)	-	-	-	-	-	(101.237)
Máquinas e equipamentos	21	-	-	-	(21)	-	-
	<u>150.519</u>	<u>571</u>	<u>(48)</u>	<u>(10.350)</u>	<u>-</u>	<u>18.510</u>	<u>159.202</u>
Movimentação do ativo imobilizado, líquido	31/12/2016	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferência	Reversão de Impairment	31/12/2017
Em serviço							
Geração							
Edificações, obras civis e benfeitorias	23.947	-	-	(812)	-	-	23.135
Móveis e utensílios	19	-	-	(4)	3	-	18
Máquinas e equipamentos	141.897	1.996	(536)	(7.074)	(6)	-	136.277
Sistema de transmissão e conexão							-
Máquinas e equipamentos	14.468	-	-	(502)	-	-	13.966
(-) Impairment (c)	(33.119)	-	-	-	-	4.488	(28.632)
Em Curso							
Geração							
A ratear (b)	55	-	-	-	6	-	61
Móveis e utensílios	3	-	-	-	(3)	-	-
Adiantamento de fornecedores (a)	101.237	-	-	-	-	-	101.237
Material em depósito	5.642	30	-	-	-	-	5.672
(-) Provisão para perda	(101.237)	-	-	-	-	-	(101.237)
Máquinas e equipamentos	21	-	-	-	-	-	21
	<u>152.932</u>	<u>2.026</u>	<u>(536)</u>	<u>(8.392)</u>	<u>-</u>	<u>4.488</u>	<u>150.519</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

---

(a) Adiantamentos a fornecedores

O montante de R\$ 101.237 refere-se ao total dos valores adiantados pela Companhia ao fornecedor Wind Power. Devido ao não cumprimento das obrigações pelo contratado, este valor encontra-se integralmente provisionado.

Contextualizando o motivo da provisão, em 05 de dezembro de 2014 a Wind Poder apresentou pedido de Recuperação Judicial. Em 12 de fevereiro de 2015 foi publicado edital da 1ª Lista de Credores, elaborada pela Wind Power, em que a Eólica Cerro Chato IV S.A.; a Eólica Cerro Chato V S.A.; a Eólica Cerro Chato VI S.A.; a Eólica Cerro dos Trindade S.A. e a Eólica Ibirapuitã S.A.; em conjunto com a Eólica Chuí I S.A.; a Eólica Chuí II S.A.; a Eólica Chuí IV S.A.; a Eólica Chuí V S.A.; a Eólica Chuí VI S.A. e a Eólica Chuí VII S.A. foram listadas com um crédito de R\$ 157.848. As empresas apresentaram Divergência de Crédito solicitando a sua alteração para R\$ 307.437. Em 11 de maio de 2015 o Administrador Judicial apresentou a 2ª Lista de Credores, com seu parecer acerca da Divergência, acolhendo-a parcialmente, aceitando o aumento do crédito até o limite do valor anteriormente executado pelas empresas em face da Wind Power, no montante de R\$ 239.974, sendo R\$ 164.202 devidos à Eólica Cerro Chato IV S.A.; à Eólica Cerro Chato V S.A.; à Eólica Cerro Chato VI S.A.; à Eólica Cerro dos Trindade S.A. e à Eólica Ibirapuitã S.A.. Em 19/03/2018 ocorreu a Assembleia Geral de Credores, na qual o Plano de Recuperação Judicial da Wind Power foi aprovado por todas as classes de credores. Em 07/02/2019 ocorreu a homologação judicial do referido Plano. Uma das alternativas para o pagamento dos credores é a venda de determinados ativos pela Wind Power, que deverá ocorrer no prazo de até 24 meses após a homologação do Plano.

(b) A ratear

O saldo registrado no imobilizado em curso a ratear refere-se aos custos operacionais com a construção dos parques eólicos que ainda não foram alocados a rubricas específicas do imobilizado.

(c) Impairment

A Companhia realizou, em 31 de dezembro de 2018, avaliação individual de todas as suas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) quanto aos aspectos do impairment. A Companhia classificou cada projeto eólico como uma UGC e efetuou o teste por autorização concedida.

O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração. O impairment está sendo ajustado proporcionalmente à depreciação dos bens.

Para as UGCs que não possuem fluxo de caixa, o valor recuperável foi estimado com base no valor de venda dos ativos remanescentes.

Anualmente a Companhia revisa as premissas e resultados, o que gera complemento ou reversões de Impairment. As reversões de impairment na Eólica Ibirapuitã em 2018 decorrem principalmente dos efeitos positivos do processo de descontração de energia por meio do mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, com a oferta de descontração total dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, de abril a dezembro de 2017 (CCEE A "0") e 2018 até o final dos contratos (CCEE A "4+").

Assim, considerando os recentes resultados e as premissas adotadas, apresentada a seguir, foi constatado que além de reduzir a provisão registrada e cessar a necessidade de provisão para energia reduzida e a aquisição de energia, a descontração elevou o montante das receitas futuras.

LIVRAMENTO HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

(d) Principais premissas adotadas

	2018
Taxa de desconto para o fluxo de caixa (WACC)	7,48% pós-tax
Preço da receita	De acordo com os contratos de CCEAL vigentes e PLD médio projetado para as vendas ocorridas no ambiente livre.
PIS e COFINS	3,65% sobre a receita bruta (SPEs são optantes pelo lucro presumido)
Taxa de fiscalização da ANEEL	0,4% da receita bruta
Depreciação	De acordo com as taxas ANEEL
Pessoal, materiais, serviços e outros	Orçamento financeiro apurado por Unidade Geradora de Caixa (UGC)
Prazos do fluxo de caixa	Prazos das autorizações
Índice de geração	92% da garantia física

10. Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
BNDES - Principal	39.122	42.264
BNDES - Encargos	166	148
BNDES - Custo de captação	(325)	(353)
Total	<u>38.963</u>	<u>42.059</u>
Circulante	3.540	3.904
Não Circulante	35.423	38.155

A movimentação dos empréstimos ocorreu da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Saldo no início do exercício	3.904	3.522
Transferências do não circulante	2.732	3.673
Amortização (principal e encargos)	(6.991)	(6.874)
Encargos	3.866	3.597
Amortização do Custo de Captação	29	28
Saldo no final do exercício	<u>3.540</u>	<u>3.904</u>
Não circulante		
Saldo no início do exercício	38.155	41.413
Encargos	-	429
Transferências para o circulante	(2.732)	(3.687)
Saldo final do exercício	<u>35.423</u>	<u>38.155</u>
	<u>38.963</u>	<u>42.059</u>

Em 31 de dezembro de 2018, o grupo possui registrado no passivo não circulante o montante de R\$ 35.423, referente a segunda parcela dos empréstimos obtidos junto ao Banco. Em 29 de dezembro de 2017 foi assinado novo contrato de financiamento com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social, o qual determinou que os saldos deixassem de ser atualizados pela TJLP + 2,18% a.a. e a partir da adoção do novo contato os encargos passariam para TJLP + 3,27% a.a. (o montante correspondente à parcela de TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

Além disso, haverá a troca dos recebíveis oriundos do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) para os negociados no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A Companhia ofereceu, a título de garantias, além dos recebíveis, os seguintes instrumentos: alienação fiduciária de bens e equipamentos, a totalidade das ações representativas do capital social da Companhia e valores caucionados em contas reservas.

A Companhia possui covenants (cláusulas restritivas) de financiamentos exigidos após o início do prazo de amortização correspondente à apuração de um "Índice de cobertura do serviço da dívida" >/ 1,3 ao final do exercício, o qual foi cumprido pela Companhia em 2018.

## 11. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	83	131	2.700	1.060
Weg Equipamentos Elétricos S.A (a)	-	-	-	6.044
TUST provisão	20	-	129	129
	<u>102</u>	<u>131</u>	<u>2.829</u>	<u>7.233</u>

(a) A Companhia firmou termo aditivo com WEG a fim de determinar o valor e prazo de pagamento do saldo remanescente referente ao contrato do fornecimento, montagem e comissionamento dos aerogeradores. O saldo apresentado, em 31 de dezembro de 2017, todo no circulante devia-se as parcelas mensais e finais e a última liquidada em 30 de abril de 2018.

## 12. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ISS a pagar	-	-	1	1
CSRF a pagar	4	4	16	12
IRRF a pagar	-	3	(4)	8
INSS a pagar	-	-	51	43
IRPJ sobre receita	-	-	231	1.911
CSLL sobre receita	-	-	42	696
PIS sobre receita	-	-	19	43
COFINS sobre receita	-	-	87	200
ICMS a pagar (diferencial de alíquota)	-	-	9	9
	<u>4</u>	<u>7</u>	<u>453</u>	<u>2.923</u>

## 13. Ações preferenciais resgatáveis

Corresponde a R\$109.000 (mesmo valor em 2017) de ações preferenciais, resgatáveis a critério dos acionistas da Companhia, emitidas de acordo com ata de Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 25 de junho de 2013, 4 de dezembro de 2013, 17 de fevereiro de 2014 e 26 de maio de 2014. Além dos direitos previstos no Estatuto Social para todas as classes de ações preferenciais, as referidas ações conferirão aos seus titulares prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

Adicionalmente, salienta-se que o pagamento da remuneração dessas ações se dará pela distribuição de dividendos, a partir do momento em que a Companhia gerar lucros. Não existe nenhuma outra forma de remuneração das referidas ações. A apresentação desse instrumento está de acordo com o CPC 39, que descreve que ações preferenciais que possuem as características anteriormente descritas devem ser apresentadas como passivo financeiro.

Tais ações não possuem prazo de vencimento, ou seja, podem ser resgatadas a qualquer momento pelos seus portadores. Por outro lado, os instrumentos de financiamento em vigor não permitem a redução de capital sem a anuência dos credores. Além disto, esta anuência só poderá ser concedida no momento em que a Companhia cumprir determinadas obrigações contratuais. Atualmente a Administração da Companhia entende que somente cumprirá a totalidade destas obrigações a partir do fim do exercício de 2019. Assim sendo, estas ações preferenciais resgatáveis estão classificadas no passivo de longo prazo.

#### 14. Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, os contratos firmados no ambiente regulado foram suspensos de abril a dezembro de 2017 e rescindidos a partir de janeiro de 2018 de forma permanente. Sendo assim, 100% da energia disponível vem sendo comercializada no mercado livre, através de leilões privados promovidos pela Eólicas do Sul, e não há mais o risco do crescimento desta provisão de ressarcimento por geração reduzida devido a uma performance abaixo do previsto na produção de energia.

O saldo remanescente dos contratos CCEARs que havia sido previsto pela administração até o exercício findo em 2017 é diferente do divulgado como oficial pela CCEE em 2018. Basicamente a divergência numérica para maior está na data base do PLD médio utilizado. Pela leitura dos contratos, a Companhia utiliza 31 de março de 2017, data em que não há mais a obrigação de entrega de energia ao ambiente regulado, ao passo que a Câmara de Energia utiliza 31 de dezembro de 2017. A companhia está discutindo, ainda de forma administrativa, mas para efeito de provisões no passivo de longo prazo, o que está registrado na data base dezembro de 2018 é o montante calculado pela Administração. Os valores a serem ressarcidos às distribuidoras serão objeto de negociação bilateral e estão sendo atualizados à IPCA.

LIVRAMENTO HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Faturamento sazonal	-	3.209
Geração de energia	-	(2.090)
Ressarcimento líquido	-	1.119
(+) Variação do PLD	-	539
Ressarcimento bruto	-	1.659
Circulante		
Saldo início do exercício	894	53.011
Geração reduzida (abaixo de 10%)	-	894
Transferência para longo prazo	(894)	(53.011)
Ajuste ressarcimento ano anterior	-	-
Saldo no final do exercício	-	894
Não circulante		
Saldo início do exercício	67.545	24.046
Geração reduzida (acima de 10%)	-	766
Transferência	894	53.011
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado Ibirapuitã	(422)	1.101
Variação IPCA sobre saldo de provisão acumulado	3.541	253
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado - SPE's sinistradas		(11.631)
Saldo no final do exercício	71.558	67.546

15. Provisões passivas

As provisões passivas referem-se a compromissos futuros assumidos e ainda não concluídos na data do início da operação comercial do empreendimento. Os referidos valores foram capitalizados no início da operação comercial do empreendimento.

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Serviços de Engenharia	426	457
	426	457

16. Patrimônio líquido

Capital social

	2018			2017		
	Ações	%	Valor	Ações	%	Valor
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	306.607.063	79,96	306.607	306.607.063	79,96	286.126
Fundação Eletrosul - ELOS	13.195.911	3,44	13.196	13.195.911	3,44	13.196
Brasil Energia Renovável - FIP	63.649.558	16,60	63.650	63.649.558	16,60	84.131
	383.452.532	100	383.453	383.452.532	100	383.453

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social é composto de 383.452.532 ações ordinárias (383.452.532 em 31 de dezembro de 2017) que não possuem valor nominal e a integralidade das ações pertence a acionistas domiciliados no País.

Além das ações ordinárias, a Companhia possui 109.000.000 de ações preferenciais emitidas, subscritas e integralizadas, conforme Nota Explicativa nº 13.

	Consolidado e Controladora					
	PL	%	Ações resgatáveis	%	Total	%
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	306.607	79,96	61.910	56,80	368.517	74,83
Brasil Energia Renovável - FIP	63.650	16,60	44.690	41,00	108.340	22,00
Fundação Eletrosul - ELOS	13.196	3,44	2.400	2,20	15.596	3,17
	<u>383.453</u>	<u>100,00</u>	<u>109.000</u>	<u>100,00</u>	<u>492.453</u>	<u>100,00</u>

Conforme Estatuto Social, o Capital autorizado da Companhia é de R\$ 492.453 e o Conselho de Administração está autorizado a deliberar pelo aumento do Capital Social da Companhia até esse limite, mediante a correspondente emissão de ações.

As ações ordinárias encontram-se totalmente subscritas e integralizadas.

## 17. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2018	2017
Receita de venda de energia - Contrato CCEAR	-	3.210
(-) Ressarcimento por geração reduzida		(1.119)
Penalidade - WEG	(43)	
Energia Elétrica de curto prazo - CCEE	1.173	738
Receita de venda de energia - Comercialização	678	
Receita de venda de energia - MCSD	20.276	26.897
Receita de venda de energia - Lastro de potência		1.042
Deduções da receita bruta	-	
PIS	(422)	(711)
COFINS	(1.943)	(2.196)
Taxa de fiscalização - ANEEL	(59)	(64)
Receita líquida operacional	<u>19.659</u>	<u>27.796</u>

## 18. Custos de operação

	Consolidado	
	2018	2017
Serviços de terceiros	(3.461)	(3.040)
Compra de energia elétrica para revenda	-	(256)
Ressarcimento por geração reduzida - CCEAR (nota 14)	422	(539)
Encargos de uso da Transmissão	(1.201)	(1.175)
Depreciação	(6.470)	(6.485)
Amortização		
Outros	(17)	(594)
Arrendamentos	(207)	(228)
Seguros	(62)	(254)
Pessoal e Administradores	(204)	(612)
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado	-	(1.101)
	<u>(11.200)</u>	<u>(14.284)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

## 19. Despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Pessoal e Administradores	-	(31)	(29)	(861)
Serviços de terceiros	(7)	(252)	(593)	(1.003)
Arrendamentos	-	-	(1)	(38)
Reversão do Impairment	-	-	18.510	4.488
Equivalência Patrimonial	20.905	10.229	-	-
Provisão para perda/ganho s/ investimentos descontinuados	(7.911)	18.003	-	-
Despesas gerais e administrativas	(55)	(23)	(78)	(24)
	<u>12.932</u>	<u>27.926</u>	<u>17.809</u>	<u>2.562</u>
Despesas gerais e administrativas	(62)	(306)	(701)	(1.926)
Impairment	-	-	18.510	4.488
Equivalência patrimonial	20.905	28.232	-	-
Perdas com investimentos	(7.911)	-	-	-
	<u>12.932</u>	<u>27.926</u>	<u>17.809</u>	<u>2.562</u>

## 20. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas de aplicações financeiras, líquidas	19	23	298	619
Outras receitas financeiras	-	(1)	-	117
Receitas financeiras	<u>19</u>	<u>22</u>	<u>298</u>	<u>736</u>
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Encargos dívida	(40)	(33)	(3.934)	(4.093)
Multas e juros contratuais	-	-	(991)	372
Despesas bancárias	(27)	(10)	(89)	(24)
Juros e multa	(1)	(1)	(7)	(123)
IOF	-	(2)	(1)	(10)
Tarifa prestação fiança	-	-	(586)	(9)
Outras despesas financeiras	(4)	(1)	(236)	-
Despesas financeiras	<u>(72)</u>	<u>(46)</u>	<u>(5.844)</u>	<u>(3.887)</u>
Total líquido	<u>(53)</u>	<u>(24)</u>	<u>(5.546)</u>	<u>(3.151)</u>

## 21. Imposto de Renda e Contribuição Social

## 21.1. Tributos correntes

A Companhia apurou o imposto de renda e a contribuição social a pagar de acordo com o regime do 'lucro real'. Neste regime, o lucro operacional tributável é ajustado por adições ou exclusões de acordo com a legislação vigente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

O imposto de renda corrente é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro fiscal (lucro contábil deduzido de exclusões e adições previstas na legislação brasileira) tributável, acrescido do adicional de 10%. A contribuição social corrente é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro fiscal (lucro contábil deduzido de exclusões e adições previstas na legislação brasileira) tributável. Conseqüentemente, representam uma taxa de 34% para 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Os valores reportados como despesa de imposto de renda nas demonstrações de resultado são reconciliados com as alíquotas estatutárias como segue:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido antes do IR e CSLL	21.367	12.810
Alíquota nominal combinada do Imposto de Renda e Contribuição Social	34%	34%
Imposto de renda e Contribuição social às alíquotas da legislação	(7.265)	(4.355)
Outras exclusões	6.680	1.730
Imposto de Renda e Contribuição Social Líquidos	<u>(585)</u>	<u>(2.625)</u>

## 21.2. Tributos diferidos

A Companhia acumula prejuízos fiscais que não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente e portanto, ensejariam o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas. Dessa forma, a Companhia aguarda a melhor oportunidade de utilização desses créditos para então fazer seu reconhecimento.

## 22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

### Considerações gerais

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui nenhum contrato que envolva operações com derivativos

a. Classificação dos instrumentos financeiros

	Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado
<b>Ativos financeiros</b>				
Contas correntes bancárias	-	260	-	836
Aplicações financeiras	3.465	-	3.483	-
Fundos vinculados	3.187	-	3.028	-
Contas a receber de clientes	-	1.072	-	1.809
Outras contas a receber	-	30	-	61
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	-	38.963	-	42.059
Fornecedores	-	2.829	-	7.233
Outras contas a pagar	-	320	-	324

b. Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de índices flutuantes

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras sujeitos a riscos de variação de índices flutuantes.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2018 foi definido através de premissas disponíveis no mercado e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previsto para 31 de dezembro de 2018. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável.

Índices	Taxa (%)		Cenário possível $\Delta$ 25%	Cenário remoto $\Delta$ 50%
	31/12/2018			
TJLP	7,03		8,79	10,55
CDI	6,50		8,13	9,75

	Saldo em 31/12/2018	Exposição	Consolidado	
			Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Ativo (redução)				
Fundos Vinculados	3.187	CDI	155	104
Passivo (aumento)				
Empréstimos e Financiamentos	38.963	TJLP	3.424	4.109

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o ponto em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com seus passivos financeiros de curto prazo.

d. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

Os objetivos da Companhia e suas controladas são administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar a eficácia de custos.

## 23. Contingências

Em 31 de dezembro de 2018, conforme os assessores jurídicos da Companhia, tramitam, nas esferas judicial e administrativa, processos cíveis, trabalhistas e fiscais considerados pelos assessores jurídicos da Companhia como de risco possível, provável e remoto de materialização. Os valores referentes aos processos considerados de risco provável estão previstos nos passivos da Companhia. Os processos de risco possível e aqueles que a Companhia entende que merecem destaque serão a seguir detalhados.

a. Excludente de responsabilidade (Perda possível)

Em 24 de fevereiro de 2016, as Eólicas Cerro Chato IV, V, VI e Cerro dos Trindade, fundamentadas na ocorrência de caso fortuito e força maior, entraram com ação judicial para pleitear na justiça o reconhecimento de excludente de responsabilidade e onerosidade excessiva das obrigações contraídas pelas Autoras nos CCEARs, CUST e CCTs, buscando, assim, a rescisão desses contratos, sem aplicação de penalidade ou sanção alguma, e com manutenção das suas outorgas.

O valor estimado envolvido na presente demanda é de R\$ 87.173.086,04, considerando as receitas a serem recebidas e os valores devidos referentes ao ressarcimento anual e quadrienal, bem como penalidades de lastro, relativos aos CCEARs, bem como os valores devidos ao ONS e às concessionárias de transmissão, referente aos CUSTs.

Destaca-se que ao valor estimado deverão ser somadas correção monetária, juros, multas, honorários advocatícios e penalidade adicionais a serem determinadas ao final do processo. Importante esclarecer que os valores de ressarcimento anual e quadrienal incluídos no valor estimado da presente demanda, estão registrados no passivo de longo prazo, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14.

Na mesma ação, as Eólicas pediram antecipação de tutela objetivando provimento judicial para determinar que: (i) fossem suspensas todas as obrigações das Autoras no âmbito dos CCEAR; (ii) fossem suspensos os efeitos referentes à contabilização da energia não produzida pelas Autoras desde 20 de dezembro de 2014; (iii) a ANEEL e a CCEE se abstivessem de aplicar qualquer penalidade às Autoras em decorrência da apuração de eventuais débitos no mercado de curto prazo da CCEE ou da necessidade de contratação de lastro para suprimento da energia comercializada pelas Autoras nos CCEAR; (iv) fossem suspensas as obrigações contraídas pelas Autoras nos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUSTs) nºs 030/2013, 031/2013, 032/2013 e 101/2013, todos celebrados entre as Autoras e o ONS, em especial no que se refere à obrigação de pagamento do montante de uso acordado em citados contratos; (v) com o reconhecimento da suspensão dos CUSTs/CCT, seja determinado de imediato ao ONS que se abstenha de executar as garantias de pagamento fornecidas no âmbito dos CUSTs nºs 030/2013, 031/2013, 032/2013 e 101/2013; (vi) fossem suspensos os procedimentos de desligamento das Autoras da CCEE.

Devido à premência dos prejuízos noticiados que poderiam advir do desligamento do sistema de energia elétrica, em 03 de março de 2016 o Juiz designado para o caso deferiu a tutela preventiva, até que o feito possa ser melhor analisado, suspendendo cautelarmente qualquer penalidade às Autoras, inclusive o processo de desligamento no Sistema Integrado Nacional, até ulterior deliberação do Juízo e após a manifestação dos Réus.

Em 11 de dezembro de 2018 o Juiz designado confirmou que a decisão anterior alcança os CUSTs nºs 030/2013, 031/2013, 032/2013 e 101/2013 celebrados com o ONS, determinando a sua suspensão, bem como que o ONS e as concessionárias de transmissão se abstenham de exigir das Autoras os valores em aberto, decorrentes dos CUSTs, até ulterior deliberação.

b. Ações monitorias ONS (Perda possível)

O Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS notificou administrativamente as empresas Eólica Cerro Chato IV S.A., Eólica Cerro Chato V S.A., Eólica Cerro Chato VI S.A. e Eólica Cerro dos Trindade S.A solicitando o pagamento dos saldos em aberto decorrentes dos CUSTs nºs 030/2013, 031/2013, 032/2013 e 101/2013, bem como a apresentação das garantias vencidas, sob pena de rescisão dos referidos CUSTs.

Após trocas de correspondência entre as partes, em agosto de 2018 o ONS formalizou a rescisão dos referidos contratos e em dezembro de 2018 ingressou com 4 ações monitorias em face das empresas Eólica Cerro Chato IV S.A., Eólica Cerro Chato V S.A., Eólica Cerro Chato VI S.A. e Eólica Cerro dos Trindade S.A., objetivando cobrar o valor total de R\$ 216.565,64, referente aos valores devidos ao ONS decorrentes dos CUSTs nºs 030/2013, 031/2013, 032/2013 e 101/2013.

A Administração da Companhia esclarece que ainda em dezembro de 2018 foi proferida a decisão descrita no item "a" acima, que determinou que o ONS e as concessionárias de transmissão se abstenham de exigir das referidas empresas os valores em aberto, decorrentes dos CUSTs, até ulterior deliberação.

Além dos valores devidos ao ONS, objeto das ações monitorias, são devidos aproximadamente R\$ 4,4 milhões às concessionárias de transmissão. Destaca-se que aos valores ora descritos deverão ser somadas correção monetária, juros, multas, honorários advocatícios e penalidade adicionais a serem determinadas ao final do processo. Importante esclarecer que os valores referentes aos CUSTs também estão inclusos no valor estimado do processo descrito item "a" acima

c. Impactos da REN nº 719/2016 (alteração da REN nº 595/2013) (Êxito provável)

Em 17 de maio de 2016, foi publicada a REN nº 719/2016 da ANEEL que, entre outras, trouxe algumas alterações nas Regras de Comercialização da CCEE. Tais alterações incluíram mudanças na REN nº 595/2013 na forma de mensuração da receita fixa no período de atraso na entrega de energia vendida na modalidade de CCEAR.

Em resumo, antes da REN nº 719/2016, o valor suportado para as usinas em atraso considerava o somatório da receita fixa com a receita variável, quando aplicável, além dos efeitos no Mercado de Curto Prazo (MCP). Para as eólicas (usinas sem CVU), não há parcela de receita variável, porém para os efeitos do MCP era feita uma simulação com base nas características da usina e nos dados contratuais, ou seja, a geração simulada era determinada pela disponibilidade mensal da usina e comparada com a energia contratada.

Assim, dada a característica sazonal dos ventos, verificou-se uma disparidade entre a energia contratada e a disponibilidade mensal, a depender do período de atraso. Portanto, o preço utilizado para fins de reconhecimento tarifário no pagamento do montante da energia em atraso para centrais eólicas poderia ter diferentes efeitos, considerando a disponibilidade mensal da energia contratada em determinado mês e os preços elevados no MCP.

Há ainda consideração acerca do cumprimento da obrigação contratual, que para as usinas eólicas tem aferições anuais e quadrienais entre a energia gerada e a obrigação de entrega, o que pode resultar em ressarcimento devido pelo vendedor aos compradores. Este ressarcimento que considera a energia gerada e a quantidade da energia comprometida e para os períodos de descasamento, atraso, suspensão de unidade geradora ou submotorização, é utilizado para compor a energia gerada anual a energia vinculada ao contrato, ou seja, a energia contratada.

Por fim, conclui-se que não era razoável imputar a disponibilidade mensal, para fins de valorar o atraso na aplicação da REN n° 595/2013, e a energia contratada, para fins desse mesmo atraso na conciliação anual.

Nesse caso, a partir da REN n° 719/2016, o valor suportado para as usinas em atraso passou a considerar a energia contratada e, então, o preço será apenas a receita fixa unitária, uma vez que os efeitos do MCP serão nulos ao considerar a geração simulada como próprio valor da energia contratada.

Para os agentes impactados, a reapuração foi feita para o período de fevereiro de 2014 até abril de 2016, com um impacto aproximado de R\$ 5.328 para as eólicas do complexo Livramento.

A Companhia não concorda com a aplicação retrospectiva dessa resolução e, com o auxílio de assessor jurídico externo, ingressou com liminar para suspender os efeitos financeiros da aplicação retrospectiva e ação para anular tais efeitos. Na avaliação da Administração, a probabilidade de êxito é provável. Dessa forma, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

d. Ação de Reparação por Perdas e Danos - Geonaturae (Perda possível)

Em julho de 2018 a empresa Geonaturae Comércio de Serviços Ambientais Ltda. ingressou com Ação de Reparação por Perdas e Danos, solicitando o pagamento de R\$ 248, a título de perdas e danos, acrescido de juros e correção monetária, em função da quebra do contrato firmado com a Eólica Ibirapuitã S.A., em virtude da sua rescisão.

e. Autos de Infração - REIDI (Êxito possível)

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) autuou as empresas Eólica Ibirapuitã S.A., Eólica Cerro Chato IV S.A., Eólica Cerro Chato V S.A., Eólica Cerro Chato VI S.A. e Eólica Cerro dos Trindade S.A. aplicando multa regulamentar em decorrência de suposto descumprimento de obrigação acessória no âmbito do REIDI (Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura). A tese central da defesa referente à multa se refere ao fato de que as empresas haviam comunicado, por equívoco, o encerramento da obra em data incorreta, razão pela qual, na visão da RFB, o prazo legalmente previsto na legislação do REIDI teria sido desobservado.

E o equívoco do contribuinte estaria no fato de que, à época, as obras não haviam se encerrado, daí porque a multa seria incabível. O valor dos autos de infração somados é de R\$ 283. Foram apresentadas impugnações administrativas aos autos de infração, que estão aguardando julgamento na Delegacia Regional de Julgamento (DRJ).

f. Reclamatórias Trabalhistas (Perda possível)

A Companhia possui duas reclamatórias trabalhistas, de funcionários de empresas que lhe prestaram serviço, possuindo responsabilidade subsidiária. O valor estimado somado das referidas ações é de R\$ 18.000,00, sendo certo que o valor pode ser aumentado em fase de liquidação de sentença.

g. Autos de Infração - AGERGS (Perda possível)

A Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS determinou a autuação com a aplicação de sanções administrativas às empresas Eólica Cerro Chato IV S.A., Eólica Cerro Chato V S.A., Eólica Cerro Chato VI S.A. e Eólica Cerro dos Trindade S.A em virtude do atraso na entrada em operação dos parques eólicos, geração abaixo da garantia física e indisponibilidade das unidades geradoras. Os autos de infração somados totalizam R\$ 163.426,13. O processo administrativo decorrente do auto de infração em face da Eólica Cerro Chato VI S.A. aguarda julgamento do recurso apresentado pela empresa. Os demais foram suspensos até decisão do Processo Judicial nº 0011336-59.2016.4.01.3400, em razão da existência da decisão liminar que suspende a aplicação de penalidades às autoras.

h. Requerimento Administrativo - ANEEL (Êxito provável)

Em 06 de julho de 2018, a Eólica Ibirapuitã S.A. protocolou junto à ANEEL Requerimento Administrativo, que tinha por objetivo a revisão dos valores de ressarcimento anual e quadrienal dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs registrados em 2017 que, num primeiro momento, tiveram o seu volume reduzido para o período compreendido entre 01 de abril e 31 de dezembro de 2017, suspendendo a possibilidade de entrega de energia nesse período e, posteriormente, foram integralmente rescindidos, encerrando suas obrigações contratuais quanto à entrega de energia para os agentes compradores. Tais situações foram possíveis em virtude do processamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD: MCSD de Energia Nova A-0 e MCSD Energia Nova A4+.

O Requerimento Administrativo acima descrito apresenta os argumentos da empresa no sentido de que o cálculo do ressarcimento deve considerar a referência de preço médio do PLD aplicável apenas ao período em que havia obrigação de entrega de energia, qual seja até 31 de março de 2017 e não até dezembro do mesmo ano, conforme o cálculo apresentado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. No entanto, referido Requerimento foi negado pela Superintendente de Regulação Econômica e Estudos do Mercado da ANEEL, conforme Despacho nº 2.141, de 19 de setembro de 2018.

Em 11 de janeiro de 2019 foi protocolado o Pedido de Anulação, elaborado por escritório especialista em demandas perante a ANEEL, que tem por finalidade a reversão da decisão tomada pela Agência, nos termos do Despacho anteriormente mencionado e a reapuração dos valores de ressarcimento anual e quadrienal dos CCEARs rescindidos em virtude do processamento do MCS D, de maneira a considerar a referência de preço aplicável apenas ao período em que havia obrigação de entrega de energia.

No entendimento do escritório que patrocina o processo administrativo perante a ANEEL a chance de sucesso é provável, o que significará uma redução dos valores contabilizados pela CCEE de R\$ 5.187.498,40 (calculado com PLD até dezembro de 2017) para R\$ 4.027.517,53. Desta forma, nas demonstrações contábeis da Companhia o valor considerado para o pagamento dos ressarcimentos devidos às distribuidoras é o calculado até março de 2017.

#### 24. Operações descontinuadas

Em dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas registraram a baixa do imobilizado os ativos de geração ligados aos parques eólicos Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI e Cerro dos Trindade, descontinuando a operação destes após a ANEEL, por meio do Despacho nº 3.373 de 2 de outubro de 2015, suspender temporariamente a operação comercial desses empreendimentos.

Nesse contexto, para fins de elaboração das demonstrações contábeis, o Grupo apresentou seus registros financeiros e contábeis considerando um cenário no qual manterá o parque eólico Ibirapuitã como operacional e descontinuará a operação dos demais, conforme o CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de Reais)

Resultado líquido de operações descontinuadas:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	(3)	-
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(326)	(324)
Arrendamentos	(121)	(252)
Depreciação	(3.852)	(1.886)
Ressarcimento Geração Reduzida	(3.540)	(9)
(-) Estorno multa s/ lastro regulatório	-	9.239
(-) Variação do saldo de provisão acumulada (a)	-	11.631
Seguro	-	(11)
Outros	(7)	(9)
Resultado bruto	(7.843)	19.146
Despesas operacionais e financeiras		
Serviços de terceiros	(8)	(5)
Despesas financeiras	(53)	(345)
Outros	(1)	(25)
	(62)	(375)
Resultado líquido das descontinuadas	(7.911)	18.004

(a) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 14 no exercício de 2017 a Companhia revisou o seu critério de provisão de ressarcimento dos contratos de CCEAR e com isso, estornou a multa constituída e atualizou os valores a restituir relacionados aos referidos contratos.